

Assunto Re: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data sexta-feira 20 de setembro de 2024 15:15:39

Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de *incidência de 13º, férias e adicional* adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao *vigilante supervisor*, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício *prêmio de férias* em lugar do *terço de férias*, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O *prêmio de férias*, previsto na *cláusula vigésima* da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a *51% do piso* da categoria.

Verificada a *média mensal* de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de *terço de férias* superior ao valor do *prêmio de férias*, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o *prêmio de férias*.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com *adicional de férias*. Por conta disso, foi indicado na incidência do *submódulo 2.1* sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas *férias e décimo terceiro*, **desconsiderado o adicional**, visto que se custeou na PCFP o *prêmio de férias*, mais vantajoso. Ressalte-se que para o *vigilante supervisor* o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o *terço de férias*.

Assim, se o *prêmio de férias* é pago ao vigilante em lugar do *terço de férias*, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o *terço constitucional*, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se

exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

**De:** Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

**Para:** rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

**Cc:** luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento  
<thaissacramento@grupoavi.com.br>

**Data:** quarta-feira, 18 de setembro de 2024 às 11:11 -03

**Assunto:** Pregão nº 90026/2024

Prezado Pregoeiro.

**A A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

*Atenciosamente,*



***Claudio Mendes - Gerente Comercial***

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105  
(11) 91613-7742

[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)

[www.grupoavi.com.br](http://www.grupoavi.com.br)



Assunto Re: ENC: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc

'Rosemary Costa Santos' <rcsantos@tre-ba.jus.br>, 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>, joaor@grupoavi.com.br <joaor@grupoavi.com.br>, jorgepassos@grupoavi.com.br <jorgepassos@grupoavi.com.br>

Data sexta-feira 20 de setembro de 2024 15:27:08

Prezada licitante,

O custo com o *prêmio de boa permanência* foi incluído no **submódulo 2.3**. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT ([2693294](#)). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

**De:** Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

**Para:** rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>; 'Rosemary' <rcsantos@tre-ba.jus.br>

**Cc:** luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento <thaissacramento@grupoavi.com.br>; joaor <joaor@grupoavi.com.br>; jorgepassos <jorgepassos@grupoavi.com.br>

**Data:** sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 12:18 -03

**Assunto:** ENC: Pregão nº 90026/2024

Bom Dia Prezados.



A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar mais um erro no edital.

As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.

Salário do vigilante R\$ 1.471,22

Boa Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.

Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.

Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.

*Atenciosamente,*



**Claudio Mendes - Gerente Comercial**

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105  
(11) 91613-7742

[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)

[www.grupoavi.com.br](http://www.grupoavi.com.br)



---

**De:** Cláudio Mendes [mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br]

**Enviada em:** quarta-feira, 18 de setembro de 2024 10:40

**Para:** 'rpaz@tre-ba.jus.br' <rpaz@tre-ba.jus.br>

**Cc:** 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento@grupoavi.com.br

**Assunto:** Pregão nº 90026/2024

Prezado Pregoeiro.

A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%**, **com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

*Atenciosamente,*



**Claudio Mendes - Gerente Comercial**

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105  
(11) 91613-7742

[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)

[www.grupoavi.com.br](http://www.grupoavi.com.br)



Assunto Re: RES: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc

'Rosemary Costa Santos' <rcsantos@tre-ba.jus.br>, 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data sábado 21 de setembro de 2024 16:51:03

Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.

Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

**De:** Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

**Para:** 'Raul <091315270515@tre-ba.jus.br>; rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>; 'Rosemary <rcsantos@tre-ba.jus.br>

**Cc:** luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento <thaissacramento@grupoavi.com.br>

**Data:** sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 15:26 -03

**Assunto:** RES: Pregão nº 90026/2024

Sr. Pregoeiro.

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está **CORRETO, 19,43%**, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de **20,91%** e não 16,66%

*Atenciosamente,*



**Claudio Mendes - Gerente Comercial**

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105  
(11) 91613-7742

[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)

[www.grupoavi.com.br](http://www.grupoavi.com.br)



**De:** Raul Almeida da Paz [mailto:091315270515@tre-ba.jus.br]

**Enviada em:** sexta-feira, 20 de setembro de 2024 15:16

**Para:** Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>; rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

**Cc:** 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento@grupoavi.com.br

**Assunto:** Re: Pregão nº 90026/2024

Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de *incidência de 13º, férias e adicional* adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao *vigilante supervisor*, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício *prêmio de férias* em lugar do *terço de férias*, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O *prêmio de férias*, previsto na *cláusula vigésima* da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a *51% do piso* da categoria.

Verificada a *média mensal* de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de *terço de férias* superior ao valor do *prêmio de férias*, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o *prêmio de férias*.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com *adicional de férias*. Por conta disso, foi indicado na incidência do *submódulo 2.1* sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas *férias e décimo terceiro*, **desconsiderado**

**o adicional**, visto que se custeou na PCFP o *prêmio de férias*, mais vantajoso. Ressalte-se que para o *vigilante supervisor* o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o *terço de férias*.

Assim, se o *prêmio de férias* é pago ao vigilante em lugar do *terço de férias*, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

---

**De:** Cláudio <[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)>

**Para:** rpaz <[rpaz@tre-ba.jus.br](mailto:rpaz@tre-ba.jus.br)>

**Cc:** luanribeiro <[luanribeiro@grupoavi.com.br](mailto:luanribeiro@grupoavi.com.br)>; thaissacramento <[thaissacramento@grupoavi.com.br](mailto:thaissacramento@grupoavi.com.br)>

**Data:** quarta-feira, 18 de setembro de 2024 às 11:11 -03

**Assunto:** Pregão nº 90026/2024

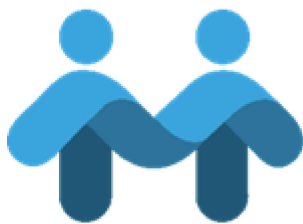
Prezado Pregoeiro.

A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

*Atenciosamente,*



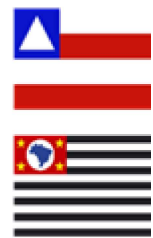
***Claudio Mendes - Gerente Comercial***

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105

(11) 91613-7742

[claudiomendes@grupoavi.com.br](mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br)

[www.grupoavi.com.br](http://www.grupoavi.com.br)



Assunto Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para comercial@grupointerset.com.br <comercial@grupointerset.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data segunda-feira 23 de setembro de 2024 19:34:17

Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

**De:** comercial <comercial@grupointerset.com.br>

**Para:** rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

**Data:** sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 16:26 -03

**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE

Prezados, boa tarde!

A Interset Serviços LTDA inscrita no CNPJ: 12.633.102/0001-23, vem através deste solicitar esclarecimento:

De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a **Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes** na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?

2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?





# Quadro informativo



**Pregão Eletrônico N° 90026/2024** (Lei 14.133/2021)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto**    Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (14)

Impugnações (1)

**Esclarecimentos (10)**

23/09/2024 19:39



Prezados, boa tarde!

A XXXXX inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX, vem através deste solicitar esclarecimento:

De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?

2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?



Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

23/09/2024 19:38



Sr. Pregoeiro,

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está CORRETO, 19,43%, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de 20,91% e não 16,66%



Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.

Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,



20/09/2024 16:17



Bom Dia Prezados,

A XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, vem comunicar mais um erro no edital. As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.  
Salário do vigilante R\$ 1.471,22  
Boa Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.  
Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.  
Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.



Prezada licitante,

O custo com o prêmio de boa permanência foi incluído no submódulo 2.3. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT (2693294). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

20/09/2024 16:16



Prezado Pregoeiro,

A XXXXXXXX vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.  
Na planilha apresentada no edital no item incidência 13º, férias e adicional apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).  
Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do Adicional de Férias que nesses postos é de 4,25%, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de 20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.



Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Verificada a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, foi indicado na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Assim, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.



Raul Almeida da Paz  
Pregoeiro

05/08/2024 13:36



Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, seguem abaixo as respostas dos questionamentos solicitados

1º Os postos (ver arquivo em anexo) são fixos ou devemos considerar esporádicos? PG 33 e 34 + 35 e 36,  
Se forem esporádicos, favor especificar a quantidade de dias de cada um.

Resposta. Os postos referidos acima são temporários, a quantidade de dias está especificada na última coluna da tabela. A contagem do prazo para esta eleição deve tomar por base a data de realização do pleito eleitoral, neste caso 06 de outubro de 2024 e 27 de outubro se houver segundo turno.

2º Qual o prazo para início dos serviços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 8 do Termo de Referência.  
8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO INÍCIO DE EXECUÇÃO

3º Devemos conceder intervalo para os efetivos, permitindo que descansem o período de refeição, porém sem necessidade de substituição para o posto durante o intervalo.  
Ou... Devemos pagar (Intrajornada) para o efetivo não saia do posto durante o período de refeição e com isso o posto não ficaria descoberto?

Resposta. Conforme item 3 do Termo de Referência.  
Obs2: todos os postos irão gozar do intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, sem a respectiva reposição por profissional substituto.

4º Os postos precisam de algum meio auxiliar ou epi diferenciado?  
Radio, Celular, livro ata, detector de metais.. Ou serão responsabilidade da contratada?  
Caso seja nossa responsabilidade, favor descrever os itens necessários para composição de preços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 4.2.3.2.3 do Termo de Referência.  
4.2.3.2.3 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DE CONTRATO

5º Todos os benefícios serão conforme CCT?  
Alguma cidade não tem fácil acesso de transporte publico e precisamos considerar ajuda de custo?  
Resposta. Os benefícios que serão concedidos, nos termos da CCT da categoria estão disciplinados na planilha de custo e formação de preços. O custo de transporte será suportado pelo contratado, considerando a realidade do transporte público do município.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro



Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, seguem abaixo as respostas dos questionamentos solicitados.

1º Os postos (ver arquivo em anexo) são fixos ou devemos considerar esporádicos? PG 33 e 34 + 35 e 36,  
Se forem esporádicos, favor especificar a quantidade de dias de cada um.

Resposta. Os postos referidos acima são temporários, a quantidade de dias está especificada na última coluna da tabela. A contagem do prazo para esta eleição deve tomar por base a data de realização do pleito eleitoral, neste caso 06 de outubro de 2024 e 27 de outubro se houver segundo turno.

2º Qual o prazo para início dos serviços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 8 do Termo de Referência.  
8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO INÍCIO DE EXECUÇÃO



o posto não ficaria descoberto?

Resposta. Conforme item 3 do Termo de Referência.

Obs2: todos os postos irão gozar do intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, sem a respectiva reposição por profissional substituto.

4º Os postos precisam de algum meio auxiliar ou epi diferenciado?

Radio, Celular, livro ata, detector de metais.. Ou serão responsabilidade da contratada?

Caso seja nossa responsabilidade, favor descrever os itens necessários para composição de preços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 4.2.3.2.3 do Termo de Referência.

4.2.3.2.3 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DE CONTRATO

5º Todos os benefícios serão conforme CCT?

Alguma cidade não tem fácil acesso de transporte publico e precisamos considerar ajuda de custo?

Resposta. Os benefícios que serão concedidos, nos termos da CCT da categoria estão disciplinados na planilha de custo e formação de preços. O custo de transporte será suportado pelo contratado, considerando a realidade do transporte público do município.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

30/07/2024 11:26



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento

Prezados Boa Tarde,

Em atenção as respostas dos esclarecimentos enviado a todos os licitantes, venho ressaltar que alguns itens não ficaram muito claro quanto ao que os participantes deverão apresentar os quais destaco em azul:

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

OBS.: No que tange o Prêmio de Boa Permanência e Convênio de Assistência Médica ter sido excluída pela Assessoria Jurídica com a alegação "obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria" ressalto que a CCT foi aprovada e homologada no Órgão representante do Governo Federal que é o Ministério Público do Trabalho, ou seja, teve a participação do representante legal do Governo e essas verbas são obrigatórias a serem pagas aos vigilantes pelas empresas, como o T.R.E. está determinando a exclusão dessas verbas das planilhas de custos, ou seja, os valores correspondentes a essas verbas são R\$ 323,67 para Boa Permanência e R\$233,73, sendo 2/3 pagos pelo empregador e 1/3 pelo vigilante o que corresponde ao Valor de R\$ 155,82 valor do empregador para Assistência Médica, logo, o valor das duas verbas é igual a R\$ 479,49 por vigilante, considerando que nas próprias planilhas fornecidas pelo T.R.E. o somatório das Taxas do BDI de um vigilante apresenta o valor de R\$ 530,88 por vigilante (Posto 44 hs semanais), as empresas estarão limitadas ao BDI de apenas R\$ 51,39, ressalto que não estamos considerando o custo do Jovem Aprendiz que também é devido e que representa o valor de R\$ 84,00 por vigilante. Caso venhamos a considerar que a CCT 2025 já está estabelecida junto com a CCT 2024, determinando para os salários de 2025 o a variação do INPC de 2024 + 2,43% de ganho real, o que passará o salário base da categoria do vigilante a partir de 1º de janeiro para o valor de aproximadamente R\$ 1.574,21 e o Prêmio de Boa Permanência passará para 25% sobre o salário base, ou seja, R\$ 393,55 e a Assistência Médica já estabelecida na CCT passará para R\$ 280,47 e o custo do empregador será R\$ 186,98, totalizando assim R\$ 580,53, causando assim só essas duas verbas um prejuízo de R\$ 49,65 por vigilante, ainda levando



transtornos para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE que responde de forma solidária.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

OBS: O edital é um regramento para que os concorrentes tenham uma isonomia na elaboração de suas propostas, logo, se a média de transportes para os municípios supra citados estiverem inferior a realidade, os participantes que utilizarem essa média, estarão tendo vantagens na competição apurando assim valores inferiores aos concorrentes que fizerem a média do VT de forma correta e real, ressalto ainda essa média inferior terão reflexo também nos cálculos das horas extras. O mais importante será que o valor máximo estipulado no edital está abaixo da realidade, logo considero importante a correção.

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo,

acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria,

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

OBS: O T.R.E. ao determinar apenas o 16,66% da incidência dos encargos no cálculo das horas extras, está excluindo a incidência do 1/3 de prêmio de férias, pois para efeito de pagamento ao vigilante, é calculado a média anual de remuneração do mesmo incluindo as horas extras e a essa remuneração média adiciona-se 1/3 referente ao prêmio de férias ou quando o valor de 1/3 do total da remuneração for inferior a 51% do salário base, esse é o que será creditado ao colaborador, logo para cálculo das horas extras, deverá ser utilizado o prêmio de férias, ou seja 19,43% e não 16,66% apenas.

Devido ao exposto, peço que a assessoria jurídica do T.R.E. reveja essas verbas e valores para a divulgação do próximo edital.

Senhor licitante

Em atenção as dúvidas remanescente cujo texto (está destacado na cor azul) relacionadas ao seu pedido de esclarecimento, referente ao e-mail enviado em 24/07/2024 às 23:27. Informamos que as questões suscitadas por V.Sas. já foram amplamente discutidas e analisadas pela área competente. Portanto não existe fato novo a ser analisado.

Desse modo, a área competente ratifica as respostas dos questionamentos enviados através do e-mail em 24/07/2024 às 12:47.





apoio desta Seção, seguem comentários, quanto às trélicas apresentadas no documento 2927113 para as questões 5, 7 e 8.

Questão 5: não se trata de matéria ao alcance desta Seção. Registre-se que tal questão já foi amplamente debatida internamente, e respondida inúmeras vezes, inclusive a este mesmo consulente.

Questão 7: reitera-se a resposta anterior. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade.

Questão 8: discordamos da interpretação. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade."

Quanto as dúvidas alusivas as questões 3 e 5, nada temos a acrescentar, sendo assim validamos as respostas anteriores.

Por fim, cientificamos V.Sas. que a reabertura do certame está marcada para o dia 09/08/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Atenciosamente

Gilson S Conceição  
Pregoeiro



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento

Prezados Boa Tarde.

Em atenção as respostas dos esclarecimentos enviado a todos os licitantes, venho ressaltar que alguns itens não ficaram muito claro quanto ao que os participantes deverão apresentar os quais destaco em azul:

3 - A Cláusula 74" da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

5 - A Cláusula 8" da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

OBS: No que tange o Prêmio de Boa Permanência e Convênio de Assistência Médica ter sido excluída pela Assessoria Jurídica com a alegação "obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria" ressalto que a CCT foi aprovada e homologada no Órgão representante do Governo Federal que é o Ministério Público do Trabalho, ou seja, teve a participação do representante legal do Governo e essas verbas são obrigatórias a serem pagas aos vigilantes pelas empresas, como o T.R.E. está determinando a exclusão dessas verbas das planilhas de custos, ou seja, os valores correspondentes a essas verbas são R\$ 323,67 para Boa Permanência e R\$233,73, sendo 2/3 pagos pelo empregador e 1/3 pelo vigilante o que corresponde ao Valor de R\$ 155,82 valor do empregador para Assistência Médica, logo, o valor das duas verbas é igual a R\$ 479,49 por vigilante, considerando que nas próprias planilhas fornecidas pelo T.R.E. o somatório das Taxas do BDI de um vigilante apresenta o valor de R\$ 530,88 por vigilante (Posto 44 hs semanais), as empresas estarão limitadas ao BDI de apenas R\$ 51,39, ressalto que não estamos considerando o custo do Jovem Aprendiz que também é devido e que representa o valor de R\$ 84,00 por vigilante. Caso venhamos a considerar que a CCT 2025 já está estabelecida junto com a CCT 2024, determinando para os salários de 2025 o a variação do INPC de 2024 + 2,43% de ganho real, o que passará o salário base da categoria do vigilante a partir de 1º de janeiro para o valor de aproximadamente R\$ 1.574,21 e o Prêmio de Boa Permanência passará para 25% sobre o salário base, ou seja, R\$ 393,55 e a Assistência Médica já estabelecida na CCT passará para R\$ 280,47 e o custo do empregador será R\$ 186,98, totalizando assim R\$ 580,53, causando assim só essas duas verbas um prejuízo de R\$ 49,65 por vigilante, ainda levando em consideração que a empresa que vier a vencer o certame esteja em seus custos as Taxas de BDI máximas admitidas no edital e mais ainda, sem contar com o custo da verba devida referente ao Jovem Aprendiz. Venho lembrar que, o vigilante que se sentir prejudicado poderá reivindicar juridicamente, trazendo assim transtornos para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE que responde de forma solidária.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista



Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

OBS.: O edital é um regramento para que os concorrentes tenham uma isonomia na elaboração de suas propostas, logo, se a média de transportes para os municípios supra citados estiverem inferior a realidade, os participantes que utilizarem essa média, estarão tendo vantagens na competição apurando assim valores inferiores aos concorrentes que fizerem a média do VT de forma correta e real, ressaltando ainda essa média inferior terão reflexo também nos cálculos das horas extras. O mais importante será que o valor máximo estipulado no edital está abaixo da realidade, logo considero importante a correção.

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo,

acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

OBS.: O T.R.E. ao determinar apenas o 16,66% da incidência dos encargos no cálculo das horas extras, está excluindo a incidência do 1/3 de prêmio de férias, pois para efeito de pagamento ao vigilante, é calculado a média anual de remuneração do mesmo incluindo as horas extras e a essa remuneração média adiciona-se 1/3 referente ao prêmio de férias ou quando o valor de 1/3 do total da remuneração for inferior a 51% do salário base, esse é o que será creditado ao colaborador, logo para cálculo das horas extras, deverá ser utilizado o prêmio de férias, ou seja 19,43% e não 16,66% apenas.

Devido ao exposto, peço que a assessoria jurídica do T.R.E. reveja essas verbas e valores para a divulgação do próximo edital.

Senhor licitante

Em atenção às dúvidas remanescente cujo texto (está destacado na cor azul) relacionadas ao seu pedido de esclarecimento, referente ao e-mail enviado em 24/07/2024 às 23:27. Informamos que as questões suscitadas por V.Sas, já foram amplamente discutidas e analisadas pela área competente. Portanto não existe fato novo a ser analisado.

Desse modo, a área competente ratifica as respostas dos questionamentos enviados através do e-mail em 24/07/2024 às 12:47.

Visando dirimir alguma imprecisão porventura existente transcrevemos abaixo a manifestação da área competente.

"Tendo em consideração novo retorno dos autos, em que se reiteram questões já respondidas, algumas com apoio desta Seção, seguem comentários, quanto às réplicas apresentadas no documento 2927113 para as questões 5, 7 e 8.

Questão 5: não se trata de matéria ao alcance desta Seção. Registre-se que tal questão já foi amplamente



Questão 8: discordamos da interpretação. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade."

Quanto as dúvidas alusivas as questões 3 e 5, nada temos a acrescentar, sendo assim validamos as respostas anteriores.

Por fim, cientificamos V.Sas. que a reabertura do certame está marcada para o dia 09/08/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Atenciosamente

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

25/07/2024 13:15



Prezados, Bom dia!

Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, enviado para o e-mail do pregoeiro às 09:21, do dia 09/07/2024, explicamos a seguir os questionamentos suscitados por V.Sas.

Na oportunidade, informamos que as respostas dos questionamentos ora enviados, substituem aqueles transmitidos às 14:06 da data acima mencionada.

AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 – Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 – Planilha de horas extras – Ano eleitoral – Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Resposta: Sobre a questão 2 do pedido de esclarecimentos, é importante pontuar que não se trata de dúvida quanto ao cálculo efetuado, mas sim acerca da quantificação de horas. A empresa questiona "em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA". No TR anexo ao Edital (2876146, fls. 35-36) consta o total estimado de horas extras. Pela forma como os dados foram apresentados pela área demandante, é possível inferir que para cada vigilante com jornada de 44 horas alocado na Capital (o que inclui o supervisor) foram previstas 150 horas, sendo:

- 30 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em dias úteis, inclusive sábados;
- 10 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em domingos e feriados;
- 30 horas por conta do primeiro turno das eleições, em dias úteis, inclusive sábados;
- 40 horas por conta do primeiro turno das eleições, em domingos e feriados; e
- 40 horas por conta do segundo turno das eleições, em domingos e feriados.

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resposta. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:





5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

6 - Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: questão 6, está correta a consulente. Tratou-se de equívoco na transcrição dos valores, o que foi ajustado nesta oportunidade, passando o valor total estimado a ser de R\$ 15.149.112,10 (quinze milhões, cento e quarenta e nove mil cento e doze reais e dez centavos), portanto R\$ 8,08 acima da estimativa que foi divulgada na licitação. Seguem planilhas corrigidas.

Quanto à questão acima, esclarecemos que por conta da irrisória diferença constatada (R\$ 8,08 no valor global, para 24 meses), não há reparo a se fazer no valor estimado, sendo esperado que o deságio a se observar durante o certame suporte a alegada discrepância.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

Na continuidade da minha análise percebi outro erro..

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Reiteramos tal metodologia nos documentos 2693612 ("o adicional não será considerado na planilha de horas extras [...], exceto quanto ao supervisor, para o qual prevalece a vantagem para o empregado na concessão do adicional em detrimento do prêmio de férias"), e 2620376 ("para os postos eventualmente contemplados com o prêmio de férias em lugar do terço de férias, nosso entendimento é de que não há reflexo de horas extras na concessão do adicional").

Ou seja, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o



Gilson S Conceição  
Pregoeiro



Prezados, Bom dia!

Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, enviado para o e-mail do pregoeiro às 09:21, do dia 09/07/2024, explicamos a seguir os questionamentos suscitados por V.Sas.

Na oportunidade, informamos que as respostas dos questionamentos ora enviados, substituem aqueles transmitidos às 14:06 da data acima mencionada.

AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 – Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 – Planilha de horas extras – Ano eleitoral - Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Resposta: Sobre a questão 2 do pedido de esclarecimentos, é importante pontuar que não se trata de dúvida quanto ao cálculo efetuado, mas sim acerca da quantificação de horas. A empresa questiona "em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA". No TR anexo ao Edital (2876146, fls. 35-36) consta o total estimado de horas extras. Pela forma como os dados foram apresentados pela área demandante, é possível inferir que para cada vigilante com jornada de 44 horas alocado na Capital (o que inclui o supervisor) foram previstas 150 horas, sendo:

- 30 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em dias úteis, inclusive sábados;
- 10 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em domingos e feriados;
- 30 horas por conta do primeiro turno das eleições, em dias úteis, inclusive sábados;
- 40 horas por conta do primeiro turno das eleições, em domingos e feriados; e
- 40 horas por conta do segundo turno das eleições, em domingos e feriados.

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resposta. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:

"10.11 O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não exime a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 – A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.



Resposta: questão 6, está correta a consulente. Tratou-se de equívoco na transcrição dos valores, o que foi ajustado nesta oportunidade, passando o valor total estimado a ser de R\$ 15.149,112,10 (quinze milhões, cento e quarenta e nove mil cento e doze reais e dez centavos), portanto R\$ 8,08 acima da estimativa que foi divulgada na licitação. Seguem planilhas corrigidas.

Quanto à questão acima, esclarecemos que por conta da irrisória diferença constatada (R\$ 8,08 no valor global, para 24 meses), não há reparo a se fazer no valor estimado, sendo esperado que o deságio a se observar durante o certame suporte a alegada discrepância.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

Na continuidade da minha análise percebi outro erro..

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Reiteramos tal metodologia nos documentos 2693612 ("o adicional não será considerado na planilha de horas extras [...], exceto quanto ao supervisor, para o qual prevalece a vantagem para o empregado na concessão do adicional em detrimento do prêmio de férias"), e 2620376 ("para os postos eventualmente contemplados com o prêmio de férias em lugar do terço de férias, nosso entendimento é de que não há reflexo de horas extras na concessão do adicional").

Ou seja, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

09/07/2024 13:58



Bom dia prezados,





Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

Boa tarde prezados,

Aproveito a oportunidade para fazer outras perguntas:

6- Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: O valor será corrigido na planilha, visto que o valor de R\$ 14,10 ( $R\$ 16,59 \times 85\%$ ) está definido em convenção coletiva de trabalho 2024/2025 BA000094/2024.

7- O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Este valor foi calculado mediante pesquisa para todos os municípios listados que possuem transporte público, é o valor estimado para obtenção do valor máximo da contratação.  
Prezados, boa tarde!

A AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 - Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 - Planilha de horas extras - Ano eleitoral - Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

3 - A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resp. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 - Item 10.10 do edital - Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resp. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação



cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resp. Vide a resposta da questão 3.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro



Bom dia prezados,

Na continuidade da minha análise percebi outro erro...

Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

Boa tarde prezados,  
Aproveito a oportunidade para fazer outras perguntas:

6- Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: O valor será corrigido na planilha, visto que o valor de R\$ 14,10 ( $R\$ 16,59 \cdot 85\%$ ) está definido em convenção coletiva de trabalho 2024/2025 BA000094/2024.

7- O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Este valor foi calculado mediante pesquisa para todos os municípios listados que possuem transporte público, é o valor estimado para obtenção do valor máximo da contratação.  
Prezados, boa tarde!

A AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 - Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);





determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resp. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resp. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:

"10.11 O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não exime a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resp. Vide a resposta da questão 3.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

01/07/2024 09:45



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024  
Prezados (as), Boa tarde.

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

Resp. A planilha será solicitada do licitante vencedor.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante?

Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

Resp. A licitante deve utilizar o modelo padrão da contratante no link abaixo:  
Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-bajus.br)

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

Resp. A elaboração da planilha de custos é de responsabilidade do licitante, entretanto, advertimos para as condições 10.10 e 10.11 do edital.

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

Resp. Sim. Observado a condição 11.4 do Edital.

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Resp. Deve ser utilizado o salário normativo da categoria, que a licitante estiver vinculada. Quanto à entidade sindical é definida pela atividade econômica preponderante da licitante.

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a "exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias



2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

Resp. Sim, nos termos da condição 19.9 do edital.

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

Resp. Sim, A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90

Não há no edital vedação para aproveitamento da mesma mão de obra.

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

Resp. Vide condição 10.1.3. do Edital

6. qual tarifa transporte público do município?

Resp. No município de Salvador a tarifa é de R\$ 5,20

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

Resp. Sim. Correto

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada"

Conforme Súmula nº30 - TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens"

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

Resp. Conforme termo de referência (TR), constante do edital, não há menção de insalubridade. As atividades não preveem grau de insalubridade. Vide PLANILHA DE CUSTOS

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis pra calcular provisão de alimentação e transporte?

Resp. Sim. Observado a condição 10.11 e 10.18 do edital

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

11. lance será por item ou para todos os itens?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência.

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência.

Vide item 4.3.1.1 do Termo de Referência.



Resp. O intervalo para almoço deve ser usufruído.

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

Resp. O procedimento sobre diligência está disciplinada na condição 19.6 do Edital. O prazo para cumprimento das diligências será estipulado pelo pregoeiro observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de acordo com o caso em exame.

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.

Resp. Em princípio as entidades sem fins lucrativos não podem participar, posto que, o edital na condição 2.6 "j" veda a participação de entidades qualificadas como Oscip.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro



#### PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024  
Prezados (as), Boa tarde.

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

Resp. A planilha será solicitada do licitante vencedor.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

Resp. A licitante deve utilizar o modelo padrão da contratante no link abaixo:  
Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-ba.jus.br)

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

Resp. A elaboração da planilha de custos é de responsabilidade do licitante, entretanto, advertimos para as condições 10.10 e 10.11 do edital.

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

Resp. Sim. Observado a condição 11.4 do Edital.

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Resp. Deve ser utilizado o salário normativo da categoria, que a licitante estiver vinculada. Quanto à entidade sindical é definida pela atividade econômica preponderante da licitante.

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a "exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador"

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

Resp. Sim, nos termos da condição 19.9 do edital.

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência





4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

Resp. Sim, A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90  
Não há no edital vedação para aproveitamento da mesma mão de obra.

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

Resp. Vide condição 10.1.3. do Edital

6. qual tarifa transporte público do município?

Resp. No município de Salvador a tarifa é de R\$ 5,20

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

Resp. Sim, Correto

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada"

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens"

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

Resp. Conforme termo de referência (TR), constante do edital, não há menção de insalubridade. As atividades não preveem grau de insalubridade. Vide PLANILHA DE CUSTOS

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis para calcular provisão de alimentação e transporte?

Resp. Sim, Observado a condição 10,11 e 10,18 do edital

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

11. lance será por item ou para todos os itens?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo de Referência.

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo de Referência,  
Vide item 4.3.1.1 do Termo de Referência.

14. o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

Resp. O intervalo para almoço deve ser usufruído.

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

Resp. O procedimento sobre diligência está disciplinada na condição 19,6 do Edital. O prazo para cumprimento das diligências será estipulado pelo pregoeiro observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de acordo com o caso em exame.

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins



Resp. Em princípio as entidades sem fins lucrativos não podem participar, posto que, o edital na condição 2.6 "j" veda a participação de entidades qualificadas como Oscip.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

28/06/2024 13:05



Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar esclarecimentos referentes aos seguintes pontos do presente edital de licitação de vigilância patrimonial ora em curso:

1 - No que tange aos atestados técnicos exigidos no presente Edital de Licitação de Vigilância Patrimonial ora em curso - se serão aceitos os atestados de nossa Matriz que fica em outro estado?

Conforme entendimentos do TCU e do STJ, filial e matriz são as mesmas pessoas jurídicas, diante disso a Administração pactua desse mesmo entendimento, aceitando assim o atestado técnico da matriz para a filial? Explico desde já que utilizaremos a filial para participar da licitação, pois as normas do DPF aplicáveis à segurança privada determinam que para cada estado deve haver um CNPJ vinculado para cada autorização de funcionamento.

2 - Tendo em vista as recentes homologações das Convenções Coletivas de Trabalho, peço por obséquio que seja esclarecido qual a CCT que está servindo de base para a apresentação da presente proposta.

3 - É possível nos encaminhar uma planilha editável da administração, para os lotes ora licitados, com vistas a facilitar a apresentação dos custos propostos.

4 - Qual a previsão de início para a execução dos serviços de vigilância patrimonial objeto da presente licitação?

5 - Em relação ao intervalo intrajornada dos colaboradores, solicito por gentileza que informem qual situação deverá ser considerada, para fins de apresentação dos custos: haverá indenização da intrajornada, gozo com rendição ou gozo sem rendição, inclusive para postos que não são escala 12x36?

6 - Em razão do Princípio da Continuidade, e também para fins de aproveitamento da mão-de-obra em serviço, solicitamos gentilmente que seja informado qual(is) empresa(s) atualmente prestam o serviço objeto da presente licitação de vigilância patrimonial.



Senhor(a) licitante,

Em atenção a V.Sa., encaminhamos as resposta ao seu pedido de esclarecimento.

1 - Não. Conforme disposto na condição 12.4 do Edital.

2 - Sindicato das Empresas Segurança Privada Estado Bahia, CNPJ n. 15.678.543/0001-30.

3 - Sim (Segue Link abaixo)

Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-ba.jus.br)

4 - Há previsão de que até o dia 21 de agosto do corrente ano seja celebrado o contrato entre a Empresa vencedora da referida licitação.

5 - O intervalo intrajornada será gozado, vide o disposto no item 3.1 do Termo de Referência, Obs. 2

6 - A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90

Gilson S Conceição  
Pregoeiro

Incluir esclarecimento



# Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90026/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto**      Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Avisos (14)      Impugnações (1)      **Esclarecimentos (10)**

23/09/2024 19:39



Prezados, boa tarde!

A XXXXX inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vem através deste solicitar esclarecimento:  
 De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.  
 Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

- 1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?  
 2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?



Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz  
 Pregoeiro

23/09/2024 19:38



Sr. Pregoeiro.

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está CORRETO, 19,43%, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de 20,91% e não 16,66%



Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.  
 Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,



Bom Dia Prezados.

A XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, vem comunicar mais um erro no edital.

As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.

Salário do vigilante R\$ 1.471,22

Bo Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.

Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.

Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.



Prezada licitante,

O custo com o prêmio de boa permanência foi incluído no submódulo 2.3. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT (2693294). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

20/09/2024 16:16



Prezado Pregoeiro.

A XXXXXXXX vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item incidência 13º, férias e adicional apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do Adicional de Férias que nesses postos é de 4,25%, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de 20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.



Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Verificada a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, foi indicado na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Assim, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.



05/08/2024 13:36	<div><div></div><div>Senhor licitante</div><div></div><div>Senhor licitante</div></div>	
30/07/2024 11:26	<div><div></div><div>Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento</div><div></div><div>Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento</div></div>	
25/07/2024 13:15	<div><div></div><div>Prezados, Bom dia!</div><div></div><div>Prezados, Bom dia!</div></div>	
09/07/2024 13:58	<div><div></div><div>Bom dia prezados,</div><div></div><div>Bom dia prezados,</div></div>	
01/07/2024 09:45	<div><div></div><div>PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</div><div></div><div>PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</div></div>	
28/06/2024 13:05	<div><div></div><div>Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar esclarecimentos referentes aos seguintes</div><div></div><div>Senhor(a) licitante,</div></div>	

Incluir esclarecimento

